

Realinhamento eleitoral e Programa-Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras

Sergio Simoni Junior

sergiojr_ssj@yahoo.com.br

Resumo

Central para as diferentes análises da política brasileira recente é o realinhamento eleitoral que teria ocorrido a partir de 2006, com o PT recebendo maior apoio no Nordeste e perdendo força na sua antiga base do Sudeste e Sul, configuração eleitoral que teria se estabelecido, ao menos, até 2014. A distribuição do Programa Bolsa-Família (PBF), com forte concentração regional no Nordeste, é considerada como uma das explicações dessa mudança de base.

Neste trabalho, argumento que essa tese não foi ainda submetida a teste adequado. Primeiro, a literatura não mensura de forma apropriada as bases eleitorais dos partidos na competição nacional, se focando muitas vezes nos resultados eleitorais de 2002. No entanto, esse conceito exige necessariamente uma medida de longo-prazo e, além disso, a inclusão de um indicador do eleitorado volátil. E, em segundo lugar, as metodologias estatísticas empregadas não permitem verificar se, de fato, a distribuição regional do PBF explica a heterogeneidade regional da votação do PT.

Com base nessas críticas, procuro avançar a literatura em dois pontos: proponho medidas do eleitorado partidário (*core voter*) de PT e PSDB, seu principal adversário, e do eleitorado volátil (*swing voter*) ao nível dos municípios; e utilizo diferentes modelos alternativos, - com efeito condicional, modelos multiníveis e modelos espaciais -, adequados a captar a heterogeneidade regional do efeito do PBF.

Os resultados encontrados apontam novas perspectivas analíticas e explicativas: de um lado, a inclusão das novas medidas de base eleitoral permitem matizar o realinhamento que teria ocorrido em 2006. Meu argumento ressalta a importância da distribuição de votos no longo-prazo e o comportamento do eleitor volátil para entender aquele pleito. De outro lado, as análises aqui realizadas estimam que o efeito do PBF foi maior no Sudeste que no Nordeste, opondo-se ao esperado a partir de visões acerca do possível papel clientelista ou governista do programa social e reforçando a importância de se enquadrar o PBF em um contexto mais amplo de competição eleitoral.

Trabalho preparado para apresentação no VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017

Introdução

A competição eleitoral constitui o elemento-chave do funcionamento das democracias contemporâneas. De um lado, cada partido interage com suas bases eleitorais, formula plataformas, promete e distribui políticas públicas com vistas ao seu retorno em votos. De outro, diferentes eleitores demandam políticas diferentes, avaliam os competidores com base em suas ideologias, punem e premiam ações de governo e da oposição. No processo contínuo de eleições que caracteriza a democracia, preferências e vínculos partidários são formados, reforçados, quebrados e reformulados.

A literatura sobre as eleições presidenciais brasileiras, a competição mais importante deste sistema político, apresenta algumas proposições dominantes. Existe praticamente um consenso de que, a partir do pleito de 2006, teria ocorrido um realinhamento eleitoral¹. As bases eleitorais do PT, único partido competitivo em todas as eleições presidenciais, teriam passado por uma inversão: o partido desde então receberia maior apoio no Nordeste, e nas pequenas cidades, e perderia força na sua antiga base do Sudeste e Sul, nas grandes metrópoles (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Zucco, 2008; Soares e Terron, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015). Processo análogo, segundo alguns autores, teria ocorrido ao nível individual: eleitores de menor escolaridade e renda, outrora avessos a votar no partido, constituiriam sua base a partir daquele pleito² (Lício *et al.*, 2009; Singer, 2012; Zucco e Power, 2013)

As eleições de 2006, dessa forma, são consideradas eleições críticas, ressoando o conceito formulado por Key Jr. (1955: 4) a mais de 60 anos para estudar a dinâmica política norte-americana: “the decisive results of the voting reveal a sharp alternation of the pre-existing cleavage within the electorate”, com duração de longo-prazo e impactos importantes no funcionamento do sistema político como um todo e com (Key Jr. 1959). Neste sentido, alguns autores mostram que o padrão inaugurado em 2006 se manteria em 2010 e 2014 (Marzagão, 2013; Pereira *et al.*, 2015; Magalhães *et al.*, 2015; Zucco, 2015), mostrando a centralidade daquele pleito para a compreensão da competição eleitoral brasileira recente.

¹ Exceções existem e serão debatidas adiante.

² Neste texto, meu foco é no debate com os estudos que utilizam dados agregados ao nível dos municípios. Uma análise de dados individuais e a relação entre esses níveis é objeto de outros artigos que constituem uma tese de doutorado em elaboração.

A outra proposição corrente na Ciência Política é a de que uma das principais explicações para o fenômeno do realinhamento, e, desse modo, para os resultados eleitorais presidenciais, é a distribuição do Programa Bolsa-Família³ (daqui em diante, chamado PBF). Esse programa de transferência de renda teria impactado a decisão de voto dos eleitores mais pobres, levando-os à maior propensão de voto nos incumbentes petistas. Como a distribuição do programa tem forte concentração regional no Nordeste, o PBF é visto como uma das causas do realinhamento eleitoral.

Neste texto, procuro avançar esse debate por meio de contribuições teóricas, metodológicas e empíricas. Dada sua centralidade nas análises e interpretações, meu foco recai sobre as eleições de 2006.

Inicialmente, argumento que um melhor enquadramento analítico das questões colocadas pela literatura pode ser alcançada ao se incorporar uma abordagem teórica mais ampla, conhecida como “política distributiva” (*distributive politics*) (cf. Cox e McCubbins, 1986; Lindbeck e Weibull, 1987; Dixit e Londregan, 1996; Cox, 2010). Essa linha de estudos teóricos e empíricos procura compreender como partidos distribuem políticas e como eleitores a elas respondem, balizados por posições partidárias e ideológicas.

Além da evidente similaridade entre essas questões e o debate sobre o caso brasileiro que estamos tratando, ampliar a perspectiva teórica e analítica permite, além de comparar com análises sobre outros países, formular uma crítica importante a um aspecto central da literatura: o conceito e a mensuração de base eleitoral.

No modelo analítico convencionalmente adotado, o desempenho eleitoral do PT em 2002, último ano antes de assumir o governo, é utilizado como medida de sua base partidária (*core voter* – para utilizar o conceito da literatura de política distributiva), ao passo que os eleitores dos outros partidos naquele ano são considerados como seus opositores (*opposite voter*). Dessa forma, como mapas e correlações simples de distribuição do voto municipal mostram que o padrão do PT em 2006 é diferente de 2002, o realinhamento estaria demonstrado.

A partir de desdobramentos da literatura de política distributiva, apresento críticas à esse modelo analítico e à essa forma de mensuração, ressaltando a importância de uma

³ Por questões de espaço, não apresentarei aqui a história do programa, seu desenho e características. Consultar Soares e Sátyro (2009) e Bichir (2010), dentre outros.

medida que considera os votos no longo-prazo, que inclui uma medida do eleitorado volátil (*swing voter*) e que adapta o modelo para características do multipartidarismo.

A proposta alternativa que ofereço está baseada na média e desvio-padrão dos votos de PT e PSDB por município de 1994 a 2002 como medida, respectivamente, de *core voter* e *swing voter* dos partidos. Mais importante: minha proposta permite testar de modo mais apropriado as proposições da literatura acerca do realinhamento que teria ocorrido em 2006. O eleitorado partidário do PT, entendendo por isso as cidades que o partido historicamente recebeu as mais elevadas votações médias, não apoiou o partido em 2006? A base que tradicionalmente apoiava seu adversário, o PSDB, se tornou seu principal bastião naquele pleito? E o comportamento do eleitorado volátil? As medidas que ofereço permitem responder essas perguntas.

No seguinte teste empírico do artigo, procuro debater outra proposição da literatura, a saber, que a distribuição do PBF seria uma das principais responsáveis pela forte penetração do PT no Nordeste no período recente. Ainda que parte dos analistas explicitamente embase essa hipótese na tese do voto retrospectivo (Zucco, 2013), esta tese se coaduna com visões clientelistas sobre a política eleitoral no Brasil e na América Latina de modo geral, onde recursos públicos são usados para “comprar” o voto em localidades pobres.

Procurarei mostrar que os modelos empregados pela literatura não são adequados para mostrar esse efeito. A simples constatação de que o Nordeste concentra elevados percentuais de beneficiários do PBF e de votos no PT não é suficiente para confirmar essa hipótese pois ela desconsidera que outros fatores, observáveis e não-observáveis, influenciam o resultado eleitoral. Esse argumento é de natureza condicional, e como tal, deve assim ser modelado. Para tanto, utilizo interações e modelos multiníveis, técnicas adequadas para estimar a heterogeneidade causal do efeito do PBF.

Os resultados encontrados nas diferentes análises e métodos empregados apontam na necessidade de rever as teses correntes da literatura. Por um lado, não encontro evidências que permitem qualificar a eleição de 2006 como um pleito que inverteu as bases eleitorais do PT. A medida de eleitorado partidário apresenta impacto positivo no seu desempenho naquele ano, ao passo que a medida de *core voter* do PSDB apresenta coeficiente negativo. O eleitorado volátil do PT, por sua vez, apoiou a candidatura incumbente. Minha sugestão é que a literatura tomou por realinhamento o que é na

verdade o comportamento deste eleitorado *swing*. Não se trataria, assim, de mudanças de bases eleitorais.

Além disso, a partir do emprego de modelos adequados, procuro mostrar que o efeito eleitoral do PBF não foi mais pronunciado no Nordeste. Antes, o PT dependeu mais do programa social para sua performance eleitoral no Sudeste. Esse resultado aponta para a necessidade de se repensar a relação, muitas vezes feita automaticamente, ente a política social e a entrada do PT na região mais desigual do Brasil, tese que invocaria, ainda que indiretamente, a importância do clientelismo e governismo.

Após essa introdução, apresento a questão de pesquisa por meio do debate com a literatura. Em seguida, discuto teoricamente a abordagem da política distributiva, para depois analisar os dados e, finalmente, apresentar as considerações finais.

Realinhamento e efeito eleitoral do PBF

Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007) inauguram uma agenda de estudos que, a despeito da sofisticação e diversidade metodológica que se seguiu desde então, apresenta notável consenso em termos de teses e explicações. Não totalmente ausente de críticas, ponderações e refinamentos⁴, alguns dos quais serão debatidas abaixo, a visão convencional sobre a lógica das eleições presidenciais recentes no Brasil está baseada na visão de que as eleições de 2006 expressaram um realinhamento eleitoral e que o PBF foi decisivo para conformar esse fenômeno.

A importância e a notável dimensão do realinhamento eleitoral de 2006 são tidos como evidentes na literatura⁵. Sua demonstração poderia ser realizada de forma simples e direta: mapas e correlações de distribuição do voto municipal nas diversas eleições presidenciais mostram que o PT, a partir de 2006, passou a receber suas maiores proporções de voto municipais em cidades pequenas e pobres, principalmente do Nordeste (Soares e Terron, 2008). Essa distribuição seria inversa à base eleitoral

⁴ Corrêa (2015), por exemplo, procura ressaltar que o programa social focalizado ensejou, além de efeitos positivos, efeitos negativos na performance eleitoral do PT. Zucco (2008) e Canêdo-Pinheiro (2015) defendem a hipótese que um “governismo”, tendência histórico de eleitores e localidades pobres votarem no incumbente, é também importante. Todos são refinamentos e não negam a importância do PBF. Carraro *et al.* (2009), por sua vez, minimizam a importância do PBF e ressaltam que efeitos econômicos foram mais importantes na eleição de 2006, mas foram criticados, e acredito que corretamente, por Soares e Terron (2008) e Canêdo-Pinheiro (2015).

⁵ Bohn (2011), com dados individuais, e Limongi e Guarnieri (2015), com dados agregados, são praticamente os únicos que apresentam um contraponto à magnitude do realinhamento de 2006, ressaltando a importância de análise de longo-prazo.

“tradicional” do partido, que, de acordo com a literatura, desde 1989 até 2002 se concentrava no Sudeste e Sul, com ênfase nas grandes metrópoles⁶.

Como as cidades menores, nordestinas e pobres são as que também recebem, proporcionalmente, os maiores recursos do Bolsa-Família, o mecanismo causal supostamente estaria fechado: o PBF teria importantes efeitos eleitorais e contribuiu para o realinhamento eleitoral de 2006.

Diagnósticos desse tipo são comuns na imprensa à época. Matéria jornalística de fevereiro de 2006⁷ ressalta que Lula perderia para seu adversário do PSDB nas intenções de voto entre pessoas não beneficiárias e que não conhecem beneficiários do PBF⁸. Além disso, o programa social constituía no principal motivo de aprovação do governo no Nordeste, ao passo que no Sudeste a maior razão daqueles que apoiavam o incumbente era a política econômica.

Também na literatura especializada abundam essas afirmações. Hunter e Power (2007), após escrutínio de diversas hipóteses explicativas, afirmam “the social policy story is arguably the single most plausible explanation for Lula’s reelection” (Hunter e Power, 2007: 20). Mais do que isso, ressaltam que “Lula’s victory in 2006 may well go down in history for its association with the Bolsa-Família” (Hunter e Power, 2007: 24). Soares e Terron (2008: 295) concluem que “O efeito do BF/renda 2006 [peso do Bolsa-Família sobre renda domiciliar] continua sendo o fator mais forte e, junto com as *dummies* nordeste e norte, confirma que o BF influiu regionalmente sobre a votação de Lula”.

As análises sobre as eleições de 2010 tendem a reforçar a importância das eleições de 2006: o PBF apresentou efeito também naquele pleito, mas a principal determinante da performance do PT em 2010 é a distribuição de votos de 2006, considerada a “nova base eleitoral” do partido (Magalhães et al. 2015; Pereira et al; 2015)⁹.

Os diagnósticos da literatura baseiam-se em modelos de regressão multivariadas de diferentes especificações, e com elevado crescente grau de sofisticação metodológica.

⁶ No entanto, a literatura não apresenta dados que confirmam cabalmente essa afirmação. Muitas vezes a referência é Singer (1990), que estuda apenas o pleito de 1989 e com método bivariado. Bohn (2011) e Soares e Terron (2010), por sua vez, mostram evidências em contrário, de que o PT, na disputa para a presidência, sempre teve boa performance no Nordeste.

⁷ “Bolsa-Família é principal razão para subida de Lula” *Folha de São Paulo*, 26/2/2006.

⁸ A importância analítica de “conhecer beneficiário” na decisão do voto ainda não foi incorporada na literatura. Esse ponto é objeto de estudo em outro capítulo da tese.

⁹ Zucco (2015) e Martins *et al.* (2016), dois dos poucos trabalhos que analisam a eleição de 2014, não permitem esse cálculo pois não utilizam os votos de 2006 (ou 2010) como *baseline* de base eleitoral.

Regressões lineares, modelos de econometria espacial, regressões beta, e modelos de inferência ecológica, todos levariam, em que pese algumas discordâncias explicativas, às mesmas conclusões.

Em praticamente todas análises, a mensuração de base eleitoral é o voto do PT em 2002¹⁰. Em termos conceituais, como discutirei melhor abaixo, essa é medida de *core voter* (eleitor partidário) no qual é testada a mudança de voto ocasionada pela eleição de 2006. O impacto regional ou estadual, por sua vez, é captado por *dummies* das macrorregiões ou das unidades da federação (UF).

No entanto, a despeito da avanço empírico e metodológico, uma atenta inspeção nos coeficientes das regressões disponíveis levanta algumas dúvidas sobre as conclusões elaboradas pelos próprios autores. Discutirei dois pontos.

Em primeiro lugar (i), a variável que mensura base eleitoral apresenta, em todos os modelos da literatura, um impacto positivo no voto do PT em 2006. Dito de outra forma, conforme aumenta o voto do PT na cidade em 2002, também aumenta seu voto estimado em 2006.

Esse resultado é oposto do que seria de se esperar da hipótese do realinhamento. Tomando-se, por exemplo, da afirmação de Singer (2012), de que: “em 2006 (...) há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: (...) a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar”, os coeficientes da base eleitoral deveriam ser negativos.

Na verdade, a “surpresa” desse resultado não passou despercebida por alguns autores. Soares e Terron (2008: 295) notam que “as bases eleitorais de 2002 continuam apoiando Lula”. Carraro *et al.* (2009) observam o mesmo resultado: “[D]espite the changes in the electorate’s profile, with due controls, there was a spatial continuity in the candidate’s support between elections. (Carraro, 2009: 5). Canêdo-Pinheiro (2015: 42) repara que “embora haja indicação de que o padrão de votos de Lula mudou entre 2002 e 2006, a votação do mesmo ainda se mostrou bastante influenciada pelo seu desempenho eleitoral passado”.

¹⁰ Uma exceção é Zucco (2013;2015), que utiliza os resultados de 1998, visto que procura mensurar base eleitoral em um momento onde não havia programas de transferência de renda, e em 2002 já vigia Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás, implementados pelo PSDB. No entanto, a crítica que elaboro também se aplica à mensuração do autor.

Essa constatação, no entanto, não é objeto de revisão ou maiores reflexões sobre a hipótese inicial de realinhamento. As conclusões se manteriam: a despeito dos resultados encontrados, a votação do PT em 2006 não teria relação, ou seria inversa, de sua base em 2002.

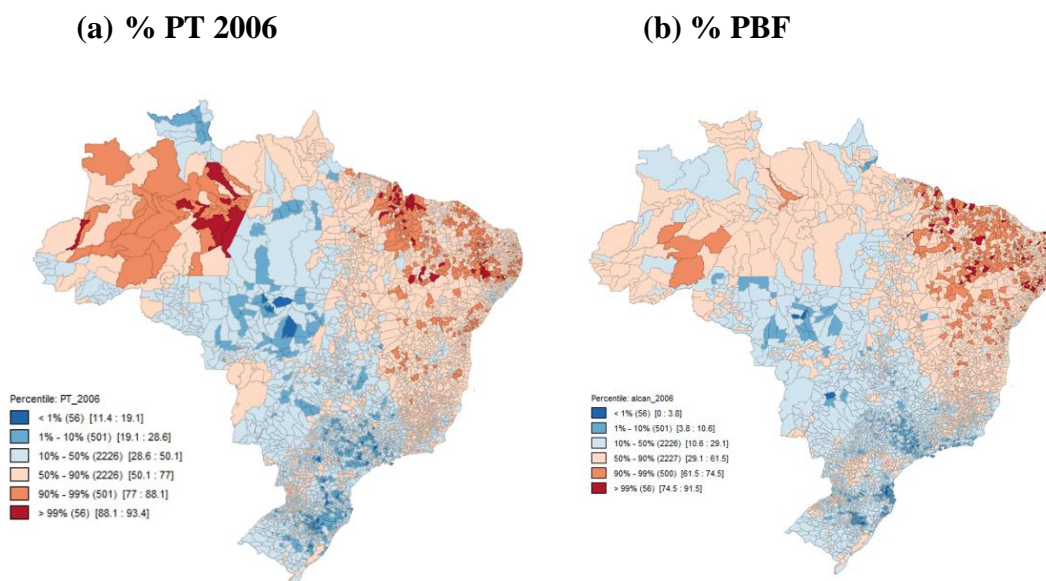
Em segundo lugar (ii), é corrente na literatura a visão de que é por meio do PBF que o PT apresenta força no Nordeste. A hipótese do realinhamento tem um componente regional essencial. Uma síntese do raciocínio que embasa essa hipótese da literatura é exposto por Nicolau e Peixoto (2007: 14):

- “1. Em 2002, Lula tem votação bem distribuída pelo país, mas proporcionalmente melhor nas áreas mais desenvolvidas.
2. Ao longo do mandato, o Governo implementa uma série de programas dirigidos às cidades com menor desenvolvimento social. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Família que investiu mais de 17 bilhões em quatro anos, mais da metade deles no Nordeste.
3. Em 2006, as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo Governo Federal (particularmente municípios de baixa renda, majoritariamente concentrados nas Regiões Norte e Nordeste) votam no candidato que implementou essas políticas”.

A lógica parece clara: dado que proporcionalmente o Nordeste concentra o maior número de beneficiários do PBF (ou, ainda, que nessa região o peso do programa na renda domiciliar é mais importante que no resto do Brasil, de acordo com Soares e Terron, 2008) e que as maiores proporções municipais de voto do PT estão nessa região, parece evidente concluir que o programa é importante para a performance do partido no Nordeste.

Os mapas a seguir mostram essa distribuição. No mapa (a), tem-se os percentuais de voto municipal do PT para presidente em 2006. No mapa (b), o percentual de famílias beneficiárias do PBF:

Gráfico 1 – Distribuição geográfica de % votos do PT 2006 e de % de beneficiários do PBF em outubro de 2006



A distribuição de votos e do PBF praticamente se sobrepõe, o que torna natural a hipótese de que o programa social ajude a explicar a penetração do PT no Nordeste.

Esse raciocínio estaria demonstrada empiricamente pelos coeficientes de efeito fixo de região ou UF, nos quais os estados do Nordeste invariavelmente apresenta um intercepto maior que as demais regiões (Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008). Esses valores elevados são interpretados pelos autores como uma evidência do realinhamento e do impacto do PBF nessa dinâmica.

A afirmação de que o PBF teria maior efeito no Nordeste pois nessa região ele tem maior penetração e importância na renda domiciliar assume implicitamente o pressuposto contrafactual de que, na ausência do programa social, o PT seria pouco votado na região. Ou, em outras palavras, na ausência do PBF, o realinhamento eleitoral não teria acontecido ou seria de menor magnitude.

No entanto, apesar de sua aparente simplicidade e trivialidade, esse raciocínio, novamente, não é demonstrado pelos próprios resultados apresentados pelos autores. Em verdade, uma regressão na qual tanto o coeficiente do PBF quando do Nordeste são positivos demonstra que, mesmo “descontando” a distribuição do programa social¹¹, municípios do Nordeste deram mais votos ao PT em 2006 que municípios das demais

¹¹ E as demais variáveis de controle.

regiões. O inverso vale para o efeito do PBF: mesmo controlando por efeito fixo regional, a transferência de renda continua com efeito positivo¹².

Limongi e Guarnieri (2014; 2015) levantam evidências que matizam essa tese. Por meio de análise longitudinal de dados, os autores argumentam que o PT nunca teve barreiras à entrada no Nordeste. Mas que isso, argumentam que efeito do PBF em 2006 foi, contrariamente ao esperado, maior no Sudeste que naquela região. A análise empírica dos autores é no entanto prejudicada pois não calculam modelos multivariados e condicionais, o que não permite captar efeito heterogêneo do PBF e confirmar se, de fato, o PBF teve de fato mais efeito no Sudeste que no Nordeste.

Assim, existem ainda lacunas empíricas, analíticas e teóricas importantes na literatura. Do ponto de vista empírico, procuro defender na próxima seção a importância de se dialogar diretamente com a literatura de “política distributiva”, o que permite colocar em perspectiva as conclusões sobre o caso brasileiro e fundamentar propostas conceituais e empíricas de modo a responder as críticas e lacunas que formulei acima.

Política distributiva, core e swing voter

Ainda que a maior parte das vezes os estudos sobre o realinhamento e efeito do PBF são focados em analisar as eleições presidenciais brasileiras recentes, suas premissas e conceitos de análise, além de suas conclusões, dialogam fortemente com importante literatura mais geral de competição eleitoral. Buscarei aqui colocar em perspectiva o debate sobre realinhamento e efeito do PBF nas eleições presidenciais brasileiras a partir dos principais conceitos e teorias da literatura de “política distributiva”¹³, ressaltando como a incorporação de elementos desse conjunto de estudos permite questionar e avançar a área de pesquisa sobre determinantes das eleições presidenciais no Brasil e o papel das políticas sociais.

Esses modelos partem da premissa básica que o imperativo eleitoral é central para compreender a ação dos partidos no governo. O desenho, objetivo e alocação de políticas públicas é, em maior ou menor grau, influenciado por cálculos eleitorais dos partidos, ou, dito de outro, por expectativas de resposta dos eleitores.

¹² Estudos com dados individuais também demonstram efeito semelhante (cf. Zucco e Power (2103) e Bohn (2011)).

¹³ Para uma revisão da literatura, consultar Golden e Min (2013).

Os eleitores, por sua vez, decidiriam seu voto com base em um função de utilidade composta por dois elementos deterministas e um componente aleatório, tal como na função abaixo:

$$U_i = -\frac{1}{2}(v_i - x_i)^2 + b_i + \varepsilon_i$$

Adaptado de Stokes (2005)

Onde, U_i é a utilidade da eleitora i , $v_i = \{x_A, x_B\}$ representa um voto para partido A ou partido B¹⁴, x_i é a posição ideológica do eleitora, b_i é o valor que ela recebe de recursos direcionados ou prometidos pelo partido e ε_i é o termo aleatório. Recursos são tratados e entendidos pela literatura de diversas formas: políticas públicas programáticas, políticas de *pork barrel*, distribuição de bens clientelistas, etc.

Neste modelo, a eleitora decide seu voto levando em consideração a distância de sua posição ideológica em relação a cada partido em disputa e os benefícios que recebeu ou que espera receber de cada competidor¹⁵.

É, logo, evidente a associação entre essa formulação teórica e os elementos das análises sobre realinhamento e efeito eleitoral do Bolsa-Família. Formalizando em termos da teoria de política distributiva, pode-se dizer que “ b_i ” diz respeito ao impacto que o PBF tem na decisão do voto do beneficiário do programa social, ao passo que “ $-\frac{1}{2}(v_i - x_i)^2$ ” se refere à força da ligação ideológica ou partidária entre o eleitor e o PT antes de 2006.

A partir da distribuição de políticas, cada eleitor decide seu comportamento pesando cada elemento da equação exposta acima. Cidadãos com preferências partidárias mais arraigadas concedem mais peso a “ $-\frac{1}{2}(v_i - x_i)^2$ ” que a “ b_i ”, sendo o inverso verdadeiro. Dessa forma, para uma eleitora hipotética com preferência pelo partido A votar no partido B, ela deve receber recursos de ordem tal que

$$-\frac{1}{2}(x_i - x_B)^2 + b_i \geq -\frac{1}{2}(x_i - x_A)^2.$$

¹⁴ O modelo original é formulado para sistemas bipartidários. Abaixo discuto as implicações de se estendê-lo para sistemas multipartidários.

¹⁵ Esses modelos englobam tanto uma abordagem distributivista (Shepsle e Weingast, 1981), onde o comportamento eleitoral é determinado pela distribuição de políticas, quanto uma abordagem inspirada Downs (1999), em cujo modelo a competição eleitoral se dá por elementos ideológicos, ou baseado em questões.

Neste modelo básico, não existe mudança de preferência. Um dos pressupostos centrais dos principais modelos é que as posições ideológicas dos partidos e eleitores são fixas e exógenas. Mesmo a eleitora utilizada como exemplo acima, que pode votar no partido B em uma eleição, a despeito de se identificar com o A, não altera sua afinidade partidária. Apenas significa que, naquele pleito específico, o partido B distribuiu políticas de modo a conquistar seu voto no curto-prazo.

No entanto, do ponto de vista realista e explicativo, esse pressuposto não é muito crível. Mesmo em sistemas partidários outrora vistos como “congelados” em clivagens seculares (Lipset e Rokkan, 1990), a literatura já a algumas décadas vem chamando atenção para a crescente importância de mudanças de preferências e volatilidade eleitoral, ainda que em partidos contíguos ideologicamente (Bartolini e Mair, 1990; Dalton, 2004; Schmitter, 2001). Isso é ainda mais premente em sistemas partidários recentes, como o brasileiro. Além disso, essa abordagem não permitiria compreender realinhamentos: esses momentos, se caracterizam justamente por mudanças de preferências em parcelas consideráveis do eleitorado.

Um dos modelos disponíveis que incorporam longo-prazo e rompem com o pressuposto de que as preferências são exógenas é Diaz-Cayeros *et al* (2012). Os autores formulam o conceito de “lealdade partidária condicional” para defender a ideia de que a identificação dos eleitores com partidos é, em parte, moldada pelas promessas e pela distribuição de políticas efetuadas pelos mesmos no passado. Dessa forma, em uma abordagem de competição eleitoral no longo-prazo, é importante considerar que a distribuição de políticas altera não apenas os resultados eleitorais pontuais mas também a própria distribuição de preferência dos eleitores.

A hipótese do realinhamento da literatura brasileira exige uma medida de longo-prazo e mudança de preferência. No entanto, e esse ponto que quero sublinhar, a se levar em consideração as visões e diagnósticos da literatura sobre o Brasil, a mudança de preferência teria ocorrido entre *core voters* de partidos adversários. A antiga base eleitoral do PT, composta essencial de setores de classe média de grandes metrópoles Sudeste e Sul, segundo a visão convencional, teria deixado o partido em 2006. Por outro lado, setores populares, de baixa renda e escolaridade, habitantes do Nordeste e de cidades pequenas, que sempre teriam sido avessos ao PT e apoiaram Collor em 1989 e o PSDB

de 1994 a 2002¹⁶, teriam aderido em bloco, nos termos de Singer (2012), ao partido a partir de 2006. Zucco (2010: 23), no mesmo tom, apresenta a hipótese de que o sistema político brasileiro poderia ser caracterizado como “*constituency diluting*”.

Tal fenômeno de grande magnitude, de mudanças de preferências entre eleitores partidários de legendas adversárias, não encontra respaldo em nenhum modelo disponível de política distributiva. Em Diaz-Cayeros *et al* (2012) as mudanças de preferência ocorreriam basicamente entre eleitores voláteis. Os estudos de retorno eleitoral e de distribuição de programas de transferência de renda e políticas sociais na América Latina, como Penfold-Becerra (2007) para o caso da Venezuela, Nupia (2011) para a Colômbia, Winters (2010) para Equador, e De La O (2013) e Imai *et al.* (2016) para o caso do México, por exemplo, não encontram efeito de mudança de preferências dos eleitores nem direcionamento para eleitores outrora adversários do partido incumbente.

Um mundo onde ocorre mudanças dessa magnitude seria caracterizado como fracamente institucionalizado, ou onde o *trad-off* entre ideologia e utilidade dos recursos (Dixit e Londregan, 1996) é extremamente pequeno, com grande importância concedida ao segundo termo da equação, no caso brasileiro, o PBF, em detrimento de preferências partidárias. Em outras palavras, um sistema onde os vínculos são muito fracos.

Dessa forma, ou estamos diante de um fenômeno não teorizado e incorporado nos modelos teóricos, ou as análises correntes sobre o caso brasileiro estão incorrendo em problemas de especificação e/ou diagnóstico exagerado.

Com base nesses questionamentos, na próxima seção apresento a análise empírica, apresentando os dados, os modelos e os resultados encontrados.

Modelo

Minha variável dependente é o percentual de votos válidos no primeiro turno do PT em 2006 por cidade¹⁷. Duas são as variáveis explicativas de interesse, a cobertura do Programa Bolsa-Família e a base eleitoral dos partidos. Além disso, é de central importância verificar como esses efeitos variam por região.

¹⁶ Nas palavras de Limongi e Guarnieri (2014: 12) “A distribuição da votação de Fernando Henrique Cardoso seguiu de perto a obtida por Collor no segundo turno de 1989”.

¹⁷ Mesmo não sendo um município, incluí Brasília devido ao seu tamanho e sua importância política. Toda minha análise utiliza dados do primeiro turno.

A cobertura do PBF é mensurada como a proporção de domicílios que receberam o programa social em outubro de 2006¹⁸. Base eleitoral é um conceito com muitas definições e dimensões de análise. Mas que isso, de difícil mensuração empírica. Como dito anteriormente, o procedimento padrão adotado pela literatura sobre realinhamento e efeito eleitoral do PBF consiste, em sua grande maioria, em usar os votos de 2002 como medida da base eleitoral prévia do PT. Ou seja, uma única eleição, em um único ponto do tempo.

Ao menos três críticas podem ser formuladas à esse modelo analítico e à essa forma de mensuração: o uso da distribuição de votos em apenas uma eleição não é uma medida adequada de base eleitoral de um partido pois desconsidera que base eleitoral diz respeito à relações de longo-prazo, para além das contingências presentes em pleitos individuais, sujeitos à idiossincrasias e choques externos¹⁹; isso é ainda mais premente em um sistema multipartidário como o brasileiro, no qual a performance de um partido em um eleição depende do quadro de competidores oferecido ao eleitor²⁰ e por último, mas não menos importante, a literatura sobre o caso brasileiro não incorpora uma medida do eleitorado volátil (*swing voter*). Tudo se passa como se só existissem eleitores inclinados ao PT e eleitores inclinados a seus adversários.

Ao tomar o primeiro turno de 2002 como referência empírica de base eleitoral, é importante lembrar que essa eleição foi razoavelmente fragmentada. Além de PT e PSDB, PSB e PPS obtiveram um bom desempenho. Mais do que isso, a distribuição social e geográfica dos votos desses partidos não é aleatória, o que influencia a conformação da base eleitoral do PT.

Minha proposta consiste em adotar medidas de base eleitoral de longo-prazo e que incorporam uma mensuração de *swing voter*. Baseando-me em um dos estudos pioneiros da literatura, Wright (1974)²¹, utilizo a média de votos de PT e PSDB ao nível dos

¹⁸ Na medida em que um dos critérios de elegibilidade ao PBF é a renda domiciliar *per capita*, é mais adequado ponderar os beneficiários do programa social pelo número de domicílios antes que por famílias, como usualmente faz a literatura.

¹⁹ Retomando a literatura norte-americana sobre realinhamento, Rennó e Silva (2014) também ressaltam esse ponto. Crítica semelhante foi elaborada por Lavareda (1990) para o debate da literatura sobre 46-64.

²⁰ Limongi e Guarnieri (2015) ressaltam que a decisão de voto no PT em uma eleição depende de alternativas apresentadas ao eleitor. Não existiria um padrão eleitoral *per se*. Ele sempre é condicionado pelo leque de partidos que lançam candidaturas.

²¹ A lógica dessa abordagem também é usada em Diaz-Cayeros *et al.* (2012) e também é semelhante às mensurações de voto normal realizadas por Converse (1966) e Nardulli (1994)

municípios de 1994 a 2002 como medida de *core voter*, e o desvio-padrão dessa distribuição como medida de eleitor volátil.

Os modelos típicos da literatura de política distributiva estão baseados em sistemas bipartidários, onde os eleitores se dividem da seguinte forma: alguns são partidários do partido A, outros tem afinidades com o partido B e o restante, sempre se situado em torno do mediano, é volátil.

A mensuração aqui proposta procura incorporar a lógica multipartidária de modo que não existe um único conjunto de eleitorado volátil ao nível dos municípios, ou dito de outro modo, as medidas de *core* e *swing* não são complementares. Antes, cada partido, dada sua posição ideológica, tem seu conjunto potencial de eleitores swing, conforme também ressaltam Aytaç (2014) e Idema (2009).

O recorte temporal utilizado considera o período onde se formou a bipolaridade entre PT e PSDB que estrutura o sistema partidário brasileiro no período recente (Melo, 2010; Limongi e Cortez, 2010). De modo a minimizar as perdas de observações decorrente de criação de municípios durante esse período, adotei o mesmo procedimento de Soares e Terron (2008): para municípios que não existiam em 1994, 1998 e 2002, imputei a votação de seus municípios de origem²².

A incorporação de medidas diretas de *core* e *swing* voters permite testes essenciais das hipóteses da literatura, que são prejudicados pela precária medida de base eleitoral tradicionalmente utilizada. O *core voter* do PT não apoiou o partido em 2006? O partido recebeu votos do *core voter* do PSDB? E o *swing voter* do PT, como se comportou? Além disso, existe diferença na magnitude da transferência de votos entre esses grupos de eleitores? Perguntas como essas podem ser respondidas com a medida que proponho.

Por fim, como essa mensuração é agregada e baseada em votos defasados, comento rapidamente uma crítica presente na literatura à essa medida. Larcinese *et al* (2012) argumentam que votos defasados utilizados para mensuração das bases partidárias são, em parte, determinados pela distribuição passada de políticas, sendo portanto endógenos e como tal causariam viés na estimação dos modelos.

A despeito da pertinência desta crítica pela a literatura de modo, ela não se aplica para meu desenho de pesquisa pois o período considerado para mensuração do eleitorado

²² Foram imputados votos de 1994 em 545 cidades e de 1998 em 51 municípios.

partidário e volátil é anterior à distribuição do PBF, a política objeto de estudo aqui, e portanto não incorre em problemas de endogeneidade.

Para escolha das variáveis de controle, adotei os indicadores comuns à literatura e que procuram dar conta dos diferentes testes de hipótese aqui colocados. O IDH permite dimensionar em que medida o impacto da cobertura do PBF no voto está relacionado com o desenvolvimento social do município; o tamanho da população (adotado aqui em forma logarítmica) e a % de população urbana funciona como *proxies* de “grotões”, e buscam verificar se o PT de fato teve mais votos em cidades menores e rurais; a proporção de habitantes de minorias raciais e de evangélicos pentecostais busca controlar por características sociais importantes da sociedade com possíveis impactos políticos-eleitorais (Aguilar *et al.*, 2015; Bueno e Dunning, 2017; Pierucci e Prandi, 1995)²³.

As variáveis econômicas que utilizo são o crescimento do PIB municipal *per capita* no ano eleitoral, ou seja de 2006 em relação a 2005; e a da proporção do PIB que é formada pelo setor público, e que é utilizada para demonstrar a hipótese do governismo (Zucco, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015; Ribeiro, 2014). Por fim, são incluídas medidas de poder local do PT: uma *dummy* que indica se o prefeito pertence ao partido e outra que considera se o governador incumbente era do PT.

Os dados que utilizo são de fonte primária, coletados no IBGE, IPEADATA e TSE. IDH, população urbana, minorias raciais, pentecostais são medidas ao nível municipal apenas em Censo, ou seja, em 2000 e 2010. De modo a buscar se aproximar do valor dessa variáveis em 2006, adotei uma média das medidas censitárias. Os dados de prefeitura se referem ao partido do prefeito em 2005, coletados na Munic/IBGE.

Abaixo se encontra uma tabela com a distribuição dos valores dessas variáveis:

²³ Alguns estudos incluem medidas como porcentagem de pobres, analfabetos, PIB per capita, no entanto essas variáveis são altamente correlacionadas com o IDH e a população urbana, de modo que, para evitar multicolinearidade, não são incluídas aqui. A substituição entre essas medidas não afeta os resultados.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
% PT 2006	51,61	17,85	11,40	93,36	5565
% PBF	33,57	19,23	0,00	91,50	5565
% PT 2002	42,42	12,05	5,77	79,79	5565
Core PT	29,58	10,25	4,13	69,94	5565
Swing PT	12,41	4,77	0,56	35,30	5565
Core PSDB	50,23	12,00	12,88	86,73	5565
(Ln) população	9,3846	1,1554	6,7190	16,2149	5564
IDH	0,5913	0,0873	0,3390	0,8410	5565
% População Urbana	61,16	22,61	4,42	100	5565
% Minorias raciais	49,97	24,46	0,50	96,45	5564
% Pentecostais	9,61	5,88	0,00	49,10	5564
% PIB setor público	31,49	16,65	1,65	93,67	5564
% Δ PIB 2006-2005	8,77	15,99	-60,35	387,44	5564

Variável binária	0	1	Observações
Governador PT	5240	324	5564
Prefeitura PT	5160	404	5564

Emprego principalmente três tipos de modelos: OLS com variáveis apenas aditivas, OLS com interação e modelos multinível *varying-intercept* e *varying-slope*. Como forma de robustez, apresento alguns modelos de regressão com erro espacial. A literatura já diagnosticou em diversas ocasiões que as observações ao nível dos municípios são relacionadas entre si. A solução convencionalmente utilizada, a partir de testes apropriados, é o modelo de erro espacial Soares e Terron, 2008; Carraro *et al.*, 2009; Marzagão, 2013).

Ainda que necessário para corrigir por viés e eficiência, os modelos de erro espacial são os menos interessantes teoricamente pois não permitem analisar por quais mecanismos ocorre as relações espaciais. Em outras palavras, corrigem o problema da autocorrelação tratando-a como “ruído” (Ward e Gleditsch, 2008). Além disso, e importante ressaltar, os resultados apresentados pela literatura que utiliza modelos espaciais não alteram as conclusões substantivos do modelo OLS.

Dado isso, e de modo a permitir mais flexibilidade às análises aqui empreendida, utilizado o modelo OLS com erro-padrão *clusterizado* ao nível dos estados. Isso significa que assumo que municípios da mesma unidade de federação tem relação entre si em

variáveis não observáveis, ou seja, seus erros são correlacionados²⁴. Além de corrigir por heterocedasticidade, esse procedimento tem uma justificativa teórica: é grande a literatura que enfatiza a importância do poder estadual no Brasil. Como robustez, apresento nos primeiros modelos resultados de regressão de erro espacial. As conclusões não são alteradas.

Análise Empírica

Inicialmente, apresento os dados do modelo mais básico, que expressa as especificações padrões utilizadas literatura. Seus resultados são o ponto de partida da análise. A tabela 1 abaixo, no seu painel (a), apresenta os resultados do modelo OLS dos coeficientes de interesse: a base eleitoral (neste modelo medida como % do PT em 2002), % de domicílios que recebem Bolsa-Família e as *dummies* regionais. No painel (b) são mostrados esses coeficientes do modelo de erro espacial, estimado por *maximum likelihood*. Tendo em vista facilitar a visualização, a tabela completa com os resultados das variáveis de controle é apresentada no anexo (seguirei esse padrão em todos os modelos aqui analisados)

Tabela 2 – Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % PT 2002

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% PT 2002	0.360***	(0.0519)	0.369***	(0.0115)
% PBF	0.332***	(0.0464)	0.192***	(0.0129)
Sul	0.378	(2.082)	-2.252**	(1.0602)
Centro-Oeste	-5.715***	(1.672)	-1.582	(1.5078)
Norte	-3.801	(3.140)	-1.582	(1.5078)
Nordeste	5.310**	(2.275)	10.694***	(1.0495)
Constante	7.295	(7.377)	37.35***	(2.60)
Controles	SIM		SIM	
<i>Lambda</i>			0.747***	(0.0109)
<i>N</i>	5563		5563	
adj. <i>R</i> ²	0.726		0,854661	
Log likelihood			-18939.77	
Akaike info criterion			37911.5	
Schwarz criterion			38017.5	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

²⁴ Snijders e Bosker (2012: 329) dizem que erro-padrão clusterizado é uma forma de tratar dependência entre as observações, ainda que como “ruído”.

Assim como já ressaltado pela literatura, o programa social tem efeito na votação do PT em 2006. A base eleitoral do partido, mensurada aqui como sua performance em 2002, também tem efeito positivo: levando em consideração o modelo OLS, para cada um aumento no percentual de votos do PT em 2002, aumenta-se em média 0,36 o percentual de votos do partido em 2006.

As *dummies* regionais também mostram efeito esperado, por exemplo, municípios situados no Nordeste sufragaram mais o PT em 2006 que os situados no Sudeste, a categoria de referência. O modelo de erros espaciais, apresentado no painel (b), altera a magnitude da cobertura do PBF e do Nordeste, e a significância do Sul, mas não altera substantivamente as conclusões.

A intenção de apresentar esses resultados já tratados pela literatura é confirmar o potencial desencontro entre as hipóteses formuladas e os resultados encontrados. Como já ressaltado no texto, os votos do PT em 2002 estão positivamente correlacionados com sua performance em 2006, o que matiza a tese do realinhamento. Além disso, mesmo controlando pelos beneficiários do PBF, eleitores do Nordeste apoiam mais o partido que habitantes das outras regiões.

Para avançar no conhecimento desses pontos, começo substituindo a medida de base eleitoral pela minha proposta de core e swing voter. Inicialmente, cabe notar a correlação entre as medidas:

Tabela 3 – Correlação entre as medidas de base eleitoral

Variáveis de base eleitoral	Correlação (r de Pearson)	p-value
PT 2002 - Core PT	0,8448	0,0000
PT 2002 - Swing PT	0,6122	0,0000
PT 2002 - Core PSDB	-0,6059	0,0000
Core PT - Swing PT	0,1573	0,0000

Ainda que os votos de 2002 sejam fortemente correlacionados com a mensuração do eleitorado partidário do PT, essa associação é mais fraca no caso do eleitorado volátil e também do eleitorado partidário do PSDB. Além disso, é baixa a correlação entre core e swing voter do PT.

A tabela 2 apresenta a regressão OLS e de erro espacial com a nova medida de base eleitoral:

**Tabela 4 – Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % core PT,
% swing PT, % core PSDB**

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% Core PT	0.250*	(0.145)	0.296***	(0.0282)
% Swing PT	0.345***	(0.0905)	0.303**	(0.0278)
% Core PSDB	-0.149	(0.134)	-0.126**	(0.0265)
% PBF	0.340***	(0.0428)	0.195**	(0.013)
Sul	-1.631	(2.516)	-4.636***	(1.079)
Centro-Oeste	-5.584***	(1.623)	-6.07***	(1.4137)
Norte	-3.906	(3.108)	-1.37***	(1.498)
Nordeste	3.658	(2.342)	9.282***	(1.063)
Constante	24.04*	(13.86)	49.93***	(3.48)
Controles	SIM		SIM	
<i>Lambda</i>			0.746***	(0.011)
<i>N</i>	5564		5564	
adj. <i>R</i> ²			0.855	
Log likelihood			-18931.69	
Akaike info criterion			37899.4	
Schwarz criterion			38018.6	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os resultados são teoricamente interessantes. Tanto o eleitoral partidário quanto o volátil estão positivamente correlacionados com o voto municipal para presidente do PT em 2006. Testes de comparação de coeficiente mostram que a magnitude de ambos não é estatisticamente diferente²⁵. Além disso, o *core voter* do PSDB tem coeficiente negativo nos votos do PT. Novamente, as regressões espaciais alteram algumas estimativas pontuais de coeficientes, mas não as interpretações substantivas.

Do ponto de vista conceitual, os resultados mostram que o desempenho do PT em 2006 não pode ser visto como independente de sua trajetória eleitoral prévia. As evidências não mostram um realinhamento abrupto em 2006, onde ocorreria troca de bases eleitorais. Antes, as mensurações de core e swing voter impactam positivamente o desempenho do partido, e a medida de apoio de seu principal adversário tem relação negativa.

Assim, em síntese, o cenário das eleições de 2006 não representa uma ruptura com os padrões eleitorais prévios. Não se trata de um pleito que se invertem bases eleitorais.

²⁵ *P*-valor de 0,6151.

Antes, a “narrativa analítica” mais condizente com os resultados aqui demonstrados é a de uma dinâmica na qual as bases eleitorais de longo-prazo dos partidos tem uma relação esperado com os votos em 2006: eleitores partidários se comportam com tal e os voláteis se inclinaram, naquele momento, ao PT.

Vejamos agora a hipótese do efeito regional do PBF, particularmente a visão segunda a qual o programa social explica a excepcional performance do PT no Nordeste.

As tabelas 1 e 2 apresentadas acima indicam que o PT tem melhor desempenho no Nordeste em comparação com o Sudeste (a categoria de referência de então) mesmo após controlar pelo efeito do PBF. Para avaliar o efeito do PBF nas diferentes regiões, no entanto, os modelos empregados acima, que seguem a especificação da literatura, não são adequados. Esses modelos são aditivos, onde o impacto de cada variável é controlado por todas as outras incluídas no modelo. No entanto, a hipótese de que os efeitos do PBF ocorrem mais fortemente no Nordeste é de natureza condicional. Nas palavras de Brambor *et al.* (2006: 64) “a conditional hypothesis is simply one in which a relationship between two or more variables depends on the value of one or more other variables”.

Utilizo duas formas de analisar essa hipótese condicional. A primeira consiste em estimar modelos OLS com interação entre as regiões e o PBF. A segunda estratégia consiste em estimar modelos multiníveis, onde é possível permitir ao coeficiente do PBF e ao intercepto da regressão variarem aleatoriamente conforme as unidades da federação do Brasil.

Como veremos, os resultados de ambas abordagens apontam no mesmo sentido: ao contrário do esperado pela literatura, os efeitos do PBF não foram maiores no Nordeste. Antes o contrário, o programa social contribuiu mais para o desempenho do partido no Sudeste e, em alguma medida, no Sul. Vejamos.

Apresento inicialmente os resultados do modelo com interações. No modelo A mostrado na tabela 5, inclui apenas a interação entre PBF e Nordeste. No modelo B seguinte, especifico uma interação entre o programa social e cada região, deixando o Centro-Oeste como categoria de referência.

Tabela 5 – Modelos interativos OLS base eleitoral % core PT, % swing PT, % core PSDB

VD % PT 2006	A - OLS		B – OLS	
Core PT	0.265*	(0.149)	0.241	(0.147)
Swing PT	0.366***	(0.0961)	0.344***	(0.0903)
Core PSDB	-0.135	(0.135)	-0.156	(0.135)
% PBF	0.395***	(0.0653)	0.230***	(.0678)
Nordeste	8.460*	(4.245)	8.473*	(4.383)
Nordeste * % PBF	-0.0624	(0.0765)	0.0871	(0.0785)
Sudeste			1.531	(2.701)
Sudeste * % PBF			0.172***	(0.0602)
Norte			0.435	(4.573)
Norte * % PBF			0.0896	(0.0848)
Sul			0.420	(2.696)
Sul * % PBF			0.146	(0.0947)
Constante	15.87	(13.29)	20.77	(13.75)
Controles	SIM		SIM	
<i>N</i>	5564		5564	
adj. <i>R</i> ²	0.723		0.729	

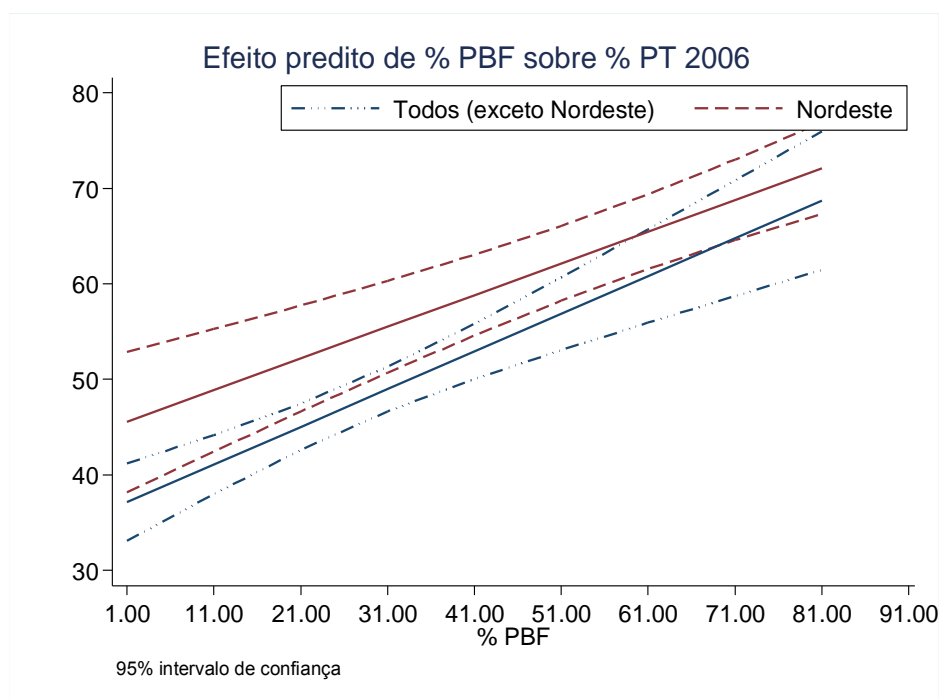
Erros-padrões entre parênteses são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Observa-se que no modelo A, o coeficiente da interação entre PBF e Nordeste não apenas não é positivo, como é na verdade negativo, ainda que não significativo. Isso significa que o programa de transferência de renda não tem efeito diferenciado no Nordeste em relação às outras regiões. No modelo B, por sua vez, nota-se que o único termo interativo de região com PBF que apresenta significância estatística é o Sudeste.

Apresento abaixo um gráfico do efeito marginal da interação entre Nordeste e PBF com base no modelo A:

Gráfico 2



Os resultados não poderiam ser mais contra intuitivos. A inclinação da reta do PBF no Nordeste, ao contrário das teses vigentes, é na verdade ligeiramente mais suave nesta região em comparação com as demais. A vantagem do PT no Nordeste, como já indicavam modelos anteriores, ocorre pelo intercepto.

Em outros termos, os resultados do modelo interativo não confirmam a hipótese da literatura sobre o efeito do PBF no realinhamento eleitoral. O que eles mostram, na verdade, é que o PT tem importantes vantagens eleitorais no Nordeste para além do PBF, e que o programa social foi mais importante para a performance eleitoral do partido nas outras regiões.

De modo a analisar esse mesmo ponto por outra abordagem, utilizo modelos multiníveis. Esses modelos possibilitam que o intercepto ou os coeficientes de um modelo de regressão variem de acordo com agrupamentos ou níveis das observações. Essa técnica se diferencia da simples inclusão de *dummies* em uma regressão linear pois modela a própria variação desses coeficientes. O modelo permite, ainda, assumir a um só tempo que as observações pertencentes ao mesmo grupo sejam semelhantes entre si e que os efeitos de cada grupo sejam mutuamente relacionados. (Gelman e Hill, 2007; Snijders e Bosker, 2012).

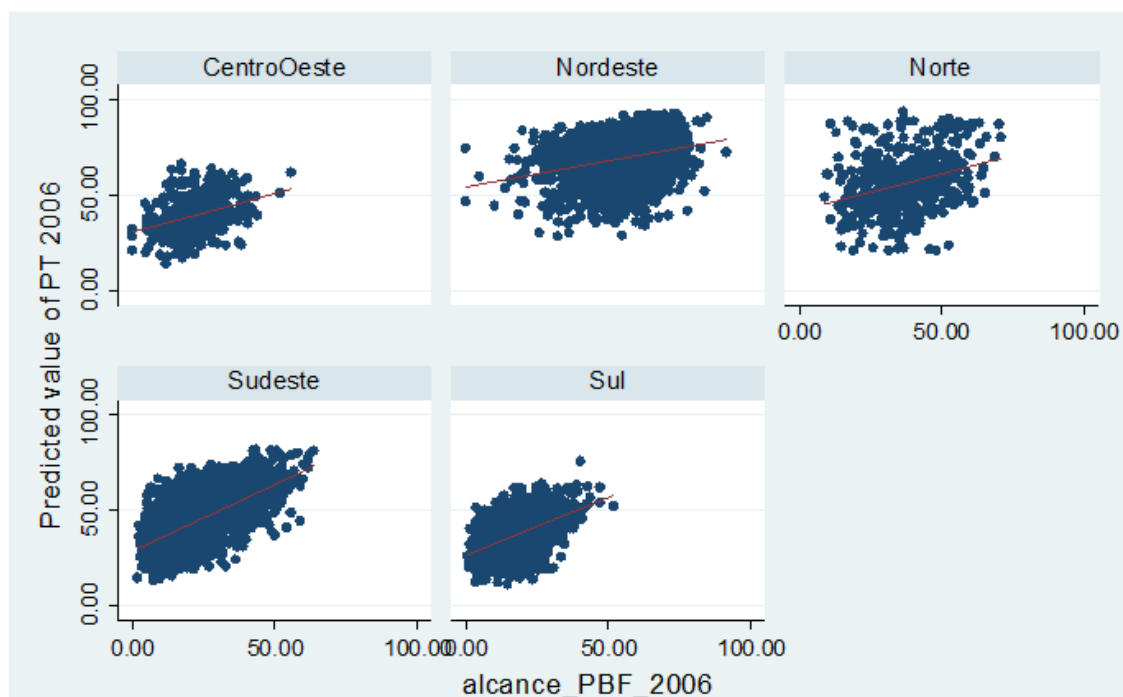
No caso que estou tratando, emprego um modelos onde o intercepto e o coeficiente da regressão variam pelas unidades da federação. Os resultados são apresentados abaixo

Tabela 6 – Modelo multinível variando intercepto e coeficiente % PBF por UF

VD % PT 2006	A – Multinível	Erro-padrão
% Core PT	0.311***	(0.029)
% Swing PT	0.297***	(0.0291)
% Core PSDB	-0.118***	(0.027)
% PBF	0.258***	(0.026)
Sul	-6.96	(6.308)
Centro-Oeste	-8.59	(6.34)
Norte	-6.52	(5.265)
Nordeste	6.478	(4.937)
Prefeitura PT	-1.26**	(0.422)
Governador PT	-5.92	(5.248)
% Δ PIB 2006-2005	0.033***	(0.007)
% População Urbana	0.008	(0.007)
IDH	-16.90***	(3.687)
(Ln) população	0.195	(0.1237)
% Minorias raciais	0.198***	(0.0469)
% Pentecostais	0.091	(0.025)
% PIB setor público	0.08***	(0.012)
Constante	30.68***	(5.641)
<i>N</i>	5564	
Number of groups	27	
<i>Random-effects Parameters</i>		
Desvio-padrão (% PBF)	0.103	(0.0201)
Desvio-padrão (intercepto)	11.08	(1.764)
Corr (% PBF – intercepto)	-0.727	(0.134)
Log likelihood	-19508.737	
LR test vs. linear regression:	chi2(3) = 1561.32	Prob > chi2 = 0.0000

Como mostra a estimativa do desvio-padrão do coeficiente do % PBF, o efeito do programa social varia com significância estatística ao nível das UF's. De modo a visualizar os efeitos estimados do modelo multinível com o debate que estou fazendo, no gráfico abaixo mostro o valor predito do voto do PT em 2006 em cada região, a partir do modelo multinível estimado acima, ou seja, levando em consideração o coeficiente aleatório da política social:

Gráfico 3 – Valor predito de % PT 2006 por região, a partir do coeficiente aleatório do % PBF, modelo multinível



Os resultados confirmam os testes anteriores: ainda que tenha efeito positivo em todo o Brasil, a inclinação da reta do efeito do PBF é mais acentuada no Sudeste, e também no Sul, em comparação com o Nordeste.

Em suma, ao modelar adequadamente os efeitos do PBF sobre as regiões brasileiras os resultados da análise empírica realizada aqui

Em suma, ao não se ajustar modelos adequados para tratar do efeito do PBF sobre as regiões brasileiras, a maior parte da literatura fez diagnósticos equivocados ao defender que a maior entrada do PT no Nordeste estivesse vinculada à maior distribuição do programa social nessa região.

Considerações finais

A literatura sobre competição e eleições presidências no Brasil se desenvolveu muito nos últimos anos. Amplas bases de dados foram analisadas com metodologias diversas e sofisticadas. Do ponto de vista analítico, proposições foram escrutinadas e certos consensos explicativas se formaram. O primeiro é de que a eleição de 2006 foi um ponto crítico da trajetória de sistema partidário em particular e sistema político como um todo. Neste pleito, o PT, partido incumbente e único competitivo em todas as eleições presidenciais, teria invertido suas bases eleitorais, outrora assentadas em cidades grandes do Sudeste e Sul do Brasil, para cidades pequenas no Nordeste.

A segunda hipótese amplamente aceita é a de que o Programa Bolsa-Família, programa de transferência de renda de ampla magnitude implementado pelo governo do PT a partir de final de 2003, após uma unificação de programas anteriores formulados pelos PSDB, tem importantes efeitos eleitorais e ajuda a explicar o realinhamento, dado que sua maior concentração relativa está no Nordeste.

Essas proposições tocam em importantes questões teóricas sobre competição e comportamento eleitoral. Como primeiro passo de argumentação, procurei argumentar que pode-se avançar analiticamente na análise dessas questões utilizando-se da arcabouço da literatura conhecida como “política distributiva”.

A partir das ferramentas analíticas dessa abordagem e de estudos de caso de outros países, foi possível fazer duas constatações essenciais: primeiro não são comuns fenômenos de mudança abrupta de base eleitoral causada por programas sociais. O mais das vezes, quando existem mudanças de preferências, elas ocorrem nos eleitores voláteis. Dessa forma, ou o caso brasileiro é destoante, e teorias precisam ser adaptadas para explicá-lo, ou então os diagnósticos até aqui elaborados padecem de refinamentos.

A segunda constatação é de natureza empírica, mas com importantes consequências analíticas. A medida de base eleitoral utilizada pela literatura é deficiente, pois pautado na distribuição de votos de apenas uma eleição, e sem mensuração de *swing voter*. Dessa forma, não era possível testar adequadamente a proposição de realinhamento e do papel do PBF nesse fenômeno.

Assim, a partir da literatura de política distributiva, elaborei uma proposta de mensuração de core e swing voter para o caso brasileiro. Ela consiste na média e desvio-padrão, respectivamente, dos votos nos municípios de 1994 a 2002 de PT e PSDB.

A substituição da medida padrão da literatura, a porcentagem de votos do PT em 2002, pelas medidas propostas mostraram que o PT recebeu mais apoio tanto de seu eleitorado partidário quanto volátil em 2006. A medida de porcentagem do eleitorado partidário do PSDB, por sua vez, teve relação negativa com o desempenho do PT em 2006.

A leitora poderia dizer que esse resultado é o esperado. E é justamente esse o ponto que quero enfatizar aqui. Os resultados encontrados são esperados de uma competição eleitoral em um sistema partidário minimamente coerente, onde preferências e comportamentos são influenciados pelo passado mas são a todo momento passíveis de modificações mais ou menos impactantes. O ponto é que isso relativiza a importância da eleição crítica de 2006 e a visão de inversão de bases.

A segunda questão discutida aqui, a saber, a hipótese de que o efeito eleitoral do PBF tem relação com o realinhamento pois ajuda a explicar a performance do partido no Nordeste. Minha crítica nesse ponto é de natureza metodológica: os modelos apresentados pela literatura são aditivos, e portanto não são capazes de responder à essa hipótese condicional, de efeito heterogêneo do programa social pelas regiões do Brasil.

A utilização de métodos interativos e multiníveis, adequados para lidar com hipóteses desse tipo, leva a resultados contrários aos propugnados: o PBF teve mais efeito no Sudeste do Brasil que no Nordeste. Dito de outro modo, em um cenário contrafactual onde não existisse o programa de transferência de renda, a performance do PT seria mais negativamente afetada, relativamente, no Sudeste que no Nordeste.

Dessa forma, as evidências indicam que a forte penetração do PT no Nordeste não dependeu, eminentemente, do PBF. Um argumento presente na literatura diria que esse resultado é manifestação do “governismo”, ou a tendência de localidades pobres de apoiarem o governo, independentemente de qualquer ação deste ou da oposição. No entanto, considero que essa lógica de explicação ainda necessita de maior embasamento: não é claro o mecanismo de explicação do comportamento eleitoral e nem que essa lógica varie por região do País.

As questões colocadas não são simples nem triviais. Dizem respeito a como bases eleitorais são formadas, se mantêm e se alteram. A como partidos agem no governo e na oposição e como buscam votos. E a como eleitores demandam políticas e se comportam eleitoralmente. Ou seja, dizem respeito à essência do regime democrático.

Bibliografia:

Aguilar, Rosario; Cunow, Saul; Desposato; Scott; Barone, Leonardo (2015) Ballot Structure, Candidate Race, and Vote Choice in Brazil, *Latin American Research Review*

Aytaç, S. Erdem (2014) “Distributive Politics in a Multiparty System: The Conditional Cash Transfer Program in Turkey”. *Comparative Political Studies*, Vol. 47(9) 1211– 1237

Bartolini, Stefano e Mair, Peter (1990) *Identity, Competition and electoral availability*. Cambridge University Press, Cambridge.

Bichir, Renata (2010) “O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 87.

Bohn, Simone (2011) “Social policy and vote in Brazil”, *Latin American Research Review*, vol. 46, n.1

Brambor, Thomas; Clark, William; Golder, Matt. “Understanding interaction models: Improving empirical analyses”. *Political Analysis*, 14 (1)

Bueno, Natália e Dunning, Thad (2017) “Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians”, *World Politics* 69 (2), 327-365

Canêdo-Pinheiro (2015) “Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de lula em 2006” *Economia Aplicada*, v. 19, n.1.

Carraro, André *et al.* (2009) "It is the economy, companheiro!": an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data”. *Economics Bulletin* 01/2009; 29(2):976-991.

Corrêa, Diego (2015) “Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 21, n.3.

Cox, Gary (2010) “Core voter, swing voter and distributive politics” in Shapiro, Ian; Stokes, Susan; Wood, Elisabeth Jean; Kirshner, Alexander (eds.). *Political Representation*. Cambridge University Press, Cambridge. 121

Cox, Gary; McCubbins, Mathew D. (1986) “Electoral Politics as a Redistributive Game”. *Journal of Politics* 48: 370–89. Dalton, 2004

De La O, Ana. (2013) “Do conditional cash transfers affect electoral behavior? Evidence from a randomized experiment in Mexico”. *American Journal of Political Science*, 57 (1): 1-14.

Diaz-Cayeros, Alberto *et al.* (2012) Strategies of vote buying: democracy, clientelism and poverty reduction in Mexico. Mimeo

Dixit, Avinash e Londregan, John (1996) “The determinants of success of special interest in redistributive politics”. *Journal of Politics*

Downs, Anthony (1999) *Uma teoria econômica da democracia*. Edusp, São Paulo.

Golden, Miriam e Min, Brian (2013) “Distributive politics around the world”, *Annual Review of Political Science*, vol. 56

Hunter, Wendy e Power, Timothy (2007). “Rewarding Lula: Executive power, social policy and the Brazilian elections of 2006”, *Latin American politics and society*.

Idema, Timo (2009) “Core voters or swing voters? The distributive politics of higher education spending”. Paper apresentado na APSA. Disponível em: http://papers.ssrn.com/Sol3/papers.cfm?abstract_id=1450309

Imai, Kosuke; King, Gary e Rivera, Carlos Velasco (2016) “Do nonpartisan programmatic policies have partisan electoral effects? Evidence from two large scale randomized experiments” Working paper.

Key Jr., V. O. (1955) “A Theory of Critical Elections”, *Journal of Politics*, Vol. 17, No. 1.

Key Jr., V.O. (1959) “Secular Realignment and the party system” *Journal of Politics*, Vol. 21, No. 2.

Larcinese, Valentino; Snyder Jr., James; Testa, Cecília. (2012) “Testing Models of Distributive Politics using Exit Polls to Measure Voters’ Preferences and Partisanship”. *British Journal of Political Science*, vol. 43, Issue 04.

Lavareda Antônio. (1991) *A democracia nas urnas: o processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo.

Lício, Elaine; Rennó, Lúcio; Castro, Henrique Carlos. (2009) “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido” *Opinião Pública*, vol. 15, nº 1.

Lindbeck, Assar e Weibull, Jorgen (1987) “Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition”, *Public Choice*, n. 52.

Limongi, Fernando e Cortez, Rafael (2010) “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88

Limongi, Fernando e Guarnieri, Fernando (2014) “A base e os partidos”, *Novos Estudos Cebrap*

Limongi, Fernando e Guarnieri, Fernando (2015) “Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil” *Opinião pública*, vol. 21, nº 1.

Lipset, Seymour e Rokkan, Stein (1990) “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments” in Mair, Peter (org.) *The West European Party System*. Oxford University Press, Oxford.

Magalhães, André; Silva, Marcelo Eduardo Alves; Dias, Fernando de Mendonça. (2015) “Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010”. *Opinião Pública*, vol. 21, n.3

Martins, Diogo; Mansano, Fernanda; Parré, José; Plassa, Wander. (2016) “Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rousseff”, *Política e Sociedade*, vo. 15, n. 32.

Marzagão, Thiago (2013) “A dimensão geográfica das eleições brasileiras”. *Opinião Pública*, vol. 19, n2.

Melo, Carlos Ranulfo (2010) “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 4.

Nicolau, Jairo e Peixoto, Vitor (2007) “Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006”. XXXI Encontro da Anpocs.

Nupia (2011) “Anti-poverty programs and presidential election outcomes: familias en acción in Colombia”. Bogotá, Universidad de los Andes/Cede.

- Penfold-Becerra (2007) "Clientelism and Social Funds: Evidence from Chuvez's Misiones", *Latin American Politics and Society*.
- Pereira, Ana *et al.* (2015) "A eleição de Dilma em 2010 e seus determinantes: evidências empíricas do Programa Bolsa Família", *Análise Econômica*, n. 64
- Pierucci, Flávio e Prandi, Reginaldo (1995) "Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994", *Opinião Pública*.
- Ribeiro, Ricardo Mendes (2014) "Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL", *Revista de Sociologia e Política*
- Schmitter, Philippe (2001) "Parties are not what they once were" in Diamond, Larry e Gunther, Larry (orgs.) *Political parties and democracy*. John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Singer, André (1990) "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?" in Lamounier, Bolívar (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Sumaré/Idesp, São Paulo.
- Lavareda Antônio. (1991) *A democracia nas urnas: o processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo.
- Singer, André (2012) *Os sentidos do lulismo*. Ed. Companhia das Letras.
- Snijders, Tom e Bosker, Roel (2012) *Multilevel analysis*. SAGE Publications
- Soares, Sergei e Sátyro, Natália (2009) *O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras*, TD 1424, IPEA.
- Soares, Gláucio e Terron, Sonia (2008) "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2
- Stokes, Susan. (2005) "Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina". *American Political Science Review*, vol.99, n. 3, p. 315-25.
- Ward, Michael D. and Gleditsch, Kristian Skrede. (2008) *Spatial Regression Models*. Sage Publications.
- Winters, Matthew. (2010) *Exploring Changes Over Time in the Targeting of a Cash Transfer Program in Ecuador*. Presented at the 2009 and 2010 Midwest Political Science Association Annual Meetings
- Wright, Gavin (1974) "The political economy of new deal spending: an econometrics analysis". *The review of economics and statistics*, vol. 56, n. 1.
- Zucco, Cesar (2008) "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election" *Journal of Latin American Studies*, vol. 40(1)
- Zucco, Cesar (2010) "Poor places, poor voters: Persisting patterns in presidential elections in Brazil", Working paper.
- Zucco, Cesar (2013) "When pay outs pay off: conditional cash-transfer and voting behavior in Brazil 2002-2010". *American Journal of Political Science*, 47(3)
- Zucco, Cesar (2015) "The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002-2014)" *Brazilian Political Science Review* 9(1)
- Zucco, Cesar e Power, Timothy (2013) "Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006" *Latin American Research Review* 48(2)

Anexo A – Modelos completos

Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % PT 2002

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% PT 2002	0.360***	(0.0519)	0.369***	(0.0115)
% PBF	0.332***	(0.0464)	0.192***	(0.0129)
Sul	0.378	(2.082)	-2.252**	(1.0602)
Centro-Oeste	-5.715***	(1.672)	-1.582	(1.5078)
Norte	-3.801	(3.140)	-1.582	(1.5078)
Nordeste	5.310**	(2.275)	10.694***	(1.0495)
Prefeitura PT	-1.713**	(0.797)	-1.42***	(0.341)
Governador PT	-4.835**	(2.003)	-5.22***	(1.19)
% Δ PIB 2006-2005	0.0550***	(0.0137)	0.022***	(0.006)
% População Urbana	0.0231	(0.0210)	0.027***	(0.007)
IDH	-17.29	(12.85)	-41.33***	(3.59)
(Ln) população	0.888**	(0.391)	0.157	(0.115)
% Minorias raciais	0.240***	(0.0486)	0.173***	(0.013)
% Pentecostais	0.109	(0.0644)	0.162***	(0.027)
% PIB setor público	0.135***	(0.0426)	0.038***	(0.011)
Constante	7.295	(7.377)	37.35**	(2.59)
<i>Lambda</i>			0.747***	(0.0109)
<i>N</i>	5563		5563	
adj. R^2	0.726		0.854	
Log likelihood			-18939.77	
Akaike info criterion			37911.5	
Schwarz criterion			38017.5	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Anexo B

Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % core PT, % swing PT, % core PSDB

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% Core PT	0.250*	(0.145)	0.296***	(0.0282)
% Swing PT	0.345***	(0.0905)	0.303**	(0.0278)
% Core PSDB	-0.149	(0.134)	-0.126**	(0.0265)
% PBF	0.340***	(0.0428)	0.195**	(0.013)
Sul	-1.631	(2.516)	-4.636***	(1.079)
Centro-Oeste	-5.584***	(1.623)	-6.07***	(1.4137)
Norte	-3.906	(3.108)	-1.37***	(1.498)
Nordeste	3.658	(2.342)	9.282***	(1.063)
Prefeitura PT	-1.831**	(0.758)	-1.45***	(0.341)
Governador PT	-4.878**	(1.951)	-4.62***	(1.098)
% Δ PIB 2006-2005	0.0430**	(0.0162)	0.02***	(0.006)
% População Urbana	0.0319	(0.0212)	0.025***	(0.007)
IDH	-21.98*	(12.24)	-42.83***	(3.61)
(Ln) população	0.698*	(0.383)	0.103	(0.116)
% Minorias raciais	0.239***	(0.0469)	0.167***	(0.014)
% Pentecostais	0.0673	(0.0749)	0.12***	(0.028)
% PIB setor público	0.123***	(0.0400)	0.032***	(0.011)
Constante	24.04*	(13.86)	49.93***	(3.48)
<i>Lambda</i>			0.746	(0.011)
<i>N</i>	5564		5564	
adj. <i>R</i> ²	0.729		0.855	
Log likelihood			-18931.69	
Akaike info criterion			37899.4	
Schwarz criterion			38018.6	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$